TL3937

TIMOR-LESTE: ALGUNS FACTOS RECENTES

1. Em Nota pastoral, datada de 5 de Dezembro de 1988, o Administrador Apostólico de Dili, Mons. Ximenes Belo, dá conta de que: "Durante os meses de Outubro e de Novembro de 1988, as forças da ordem fizeram algumas prisões de pessoas em Dili, Baucau, Lospalos, Viqueque, para interrogatórios.(...) Desses interrogatórios, algumas foram detidas e outras, além de detidas, foram esbofeteadas, espancadas e torturadas.(...) Este meio, que se tornou normal em Timor, é um meio reprovável pelo direito civilizado e pela Moral cristã.(...) Não concordamos com este sistema bárbaro e condenamos a propaganda mentirosa, segundo a qual, em Timor, não existe o abuso dos direitos humanos.".

Um despacho da France Press de 13 de Dezembro e distribuído a partir de Jacarta, calculava em 3000 o número de pessoas presas naquela ocasião.

2. Em carta dirigida a Perez de Cuellar em 6 de Fevereiro de 1989, Mons. Belo pede "ao Senhor Secretário Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. (...) Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do Povo. É a Indonésia que diz que o Povo de Timor Timur já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação.". Dias mais tarde, a 16 de Fevereiro, em carta dirigida ao Núncio Apostólico acreditado em Jacarta, diz Mons. Belo: "Desde 1983, no ano em que fui nomeado Administrador Apostólico, todos os anos assistimos sempre aos mesmos abusos. Já e sempre falámos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a REALIZAÇÃO DE UM REFERENDUM, para perguntar ao Povo de Timor se aceita a integração.".

3. Em entrevista concedida em 7 de Abril ao correspondente da UPI em Jacarta, o arcebispo Darma Atmadja, porta-voz da Conferência Episcopal Indonésia, anuncia publicamente a visita do Papa João Paulo II "a Timor-Leste e a outras províncias", estando a mesma a ser "organizada, não pela Conferência Episcopal, mas pelo Governo". No dia 13 do mesmo mês, o jornal das FFAA, "Angkatan Bersenjata", considerava que "a visita é positiva para a Indonésia porque promoverá o reconhecimento internacional da integração de Timor-Leste".

4. A imprensa indonésia noticia em 10 de Maio que o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Indonésia (ABRI), gen. Try Sutrisno, numa reunião pública tida em Dili, lembrou à população timorense que deve estar vigilante contra as tentações de elementos internos que não compreendem o sentido e a forma da unidade nacional, baseada no Pancasila e na Constituição de 1945. Segundo ele, as ABRI têm "o pesado mas nobre dever" de defenderem

a unidade nacional. "As ABRI nunca hesitarão no cumprimento destas tarefas. Todos os elementos das ABRI juntamente com a população estão preparados para enfrentar todos os obstáculos, perturbações da ordem, e mesmo ameaças, tanto de dentro como de fora do país." ("Suara Pembaruan", 10/5/89).

5. De acordo com o noticiário da "Radio Nederlands" em língua indonésia de 12 de Maio, o Maj. Prabowo, genro do Presidente Suharto e comandante do Batalhão 328, em discursos às populações dos distritos de Baucau, Viqueque e Lospalos tem afirmado que entre aqueles que eram hoje hostis à integração estava a Igreja, isto é o Bispo, padres, irmãs e religiosos. Ainda segundo a "Radio Nederlands", teriam aparecido recentemente em Dili panfletos, convidando Prabowo a ir para junto da mulher e do sogro em vez de se arriscar a morrer inutilmente em Timor-Leste. Desde essa altura, o QG de Prabowo foi cercado de arame farpado e 150 soldados foram destacados para garantir a sua segurança.

6. No dia 18 de Junho, a mesma Rádio noticia que antigos elementos da Apodeti, com o apoio de Jacarta, promoveram no dia 30 de Maio uma manifestação contra o Administrador Apostólico de Dili, defronte do Paço Episcopal. Mons. Belo enfrentou os manifestantes, a que se tinham juntado muitos populares atraídos pela curiosidade, tendo-lhes explicado dos motivos que o tinham levado a escrever a carta ao Secretário Geral da ONU, acabando por ser amplamente vitoriado pela multidão presente.

Nos princípios deste mês começaram a chegar ao exterior as primeiras informações concretas sobre o clima que se instalou em Timor-Leste durante o mês de Maio, como resultado da "operação de limpeza" levada a cabo pelas autoridades militares em todo o território: dezenas de prisões, espancamentos, torturas, desaparecimentos. A procura de refúgio na Nunciatura Apostólica e na Embaixada do Japão em Jacarta por parte dos seis estudantes timorenses, na sequência da prisão em Bali, no dia 8 de Junho, de Elias Pereira Moniz e da prisão, em Jacarta, de Lucas da Costa no dia 15, são os sinais mais visíveis da atmosfera de intimidação e terror que se vive hoje, quer em Timor-Leste quer no seio da comunidade timorense na Indonésia.

Esta situação, de violação diária dos direitos humanos, foi claramente expressa na já citada carta do Administrador Apostólico da dili ao Núncio em Jacarta: "I - O facto de a Indonésia invadir e ocupar militarmente Timor, não dando sequer a possibilidade ao Povo de Timor a manifestar aquilo que sente é já um abuso de direitos humanos, contra a Carta das Nações Unidas. II - É proibido falar de política; são proibidas as associações, as reuniões; circular de noite. Estes são factos de cada dia. É proibido falar de independência, falar de autonomia e falar de referendum. Todos são obrigados a falar de PANCASILA, de PEMBANGUNAN."

A reacção do regime militar indonésio às tomadas de posição de Mons. Belo, quando se prevê, para breve, a visita de uma delegação parlamentar portuguesa e, em Outubro, a de João Paulo II

a Timor-Leste, é reveladora da sua frustração e da sua arrogante confiança:

- frustração, por verificar que, passados que são quase catorze anos, a exigência de que seja reconhecido o direito ao Povo Maubere a decidir do seu destino continua viva, mesmo em sectores da sociedade timorense que pareciam mais permeáveis aos valores integracionistas;

- confiança, por sentir que as visitas anunciadas para breve não constituem ameaça mas antes se integram na marcha para a resolução do conflito a seu favor. É sintomático que um despacho da agência noticiosa oficial indonésia Antara, datado de 10 de Maio, afirme que "a Indonésia vê a visita da delegação portuguesa como um antídoto para todos os boatos, deliberadamente espalhados por grupos de timorenses anti-indonésios, de que a fome e a guerra causaram centenas de milhares de mortos entre a população de Timor-Leste.".

Neste quadro, interrogamo-nos sobre os limites e implicações da deslocação de uma delegação parlamentar a Timor-Leste:

- após as "operações de limpeza" do território, que garantias são credíveis quanto às exigências de liberdade de circulação e contactos com os timorenses? quem se arriscará, nestas circunstâncias, a aproximar-se da delegação?

- estão os orgãos de soberania seguros de poder realizar o encontro com a Resistência?

- depois da partida dos parlamentares portugueses, que garantias tem a Potência Administrante de que os timorenses não sofrerão represálias?

O Núncio Apostólico em Jacarta, Mons. Canalini, afirmou que o Vaticano não integra a Diocese de Dili na Conferência Episcopal Indonésia porque isso seria reconhecer o carácter indonésio da Dioceses ("Suara Pembaruan", Set.87):

- porquê, então, ter preparado a visita a Timor-Leste com o Governo indonésio sem mesmo consultar a Potência Administrante internacionalmente reconhecida?

- porquê incluir essa visita a Timor-Leste integrando-a na visita à Indonésia, se Timor-Leste não faz parte dela?

Os limites da visita - uma missa em latim a 3km do aeroporto - não permitirão, nem ao Papa nem aos jornalistas, um contacto directo com a realidade. A única possibilidade de denunciar essa situação parece estar nas palavras que João Paulo II pronunciará.

Comissão Para Os Direitos Do Povo Maubere
Movimento Cristão Para a Paz
Paz E Justiça Para Timor-Leste
A Paz É Possível Em Timor-Leste